

INCLUSÃO ESCOLAR: OS DESAFIOS DE ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL EM SEU PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

SCHOOL INCLUSION: THE CHALLENGES STUDENTS WITH CEREBRAL PALSY IN ITS RULES OF SCHOOLING

SANCHEZ, Gabrielle Cristina¹
ALMEIDA, Rita de Cássia Gomes de Oliveira²
GONÇALVES, Adriana Garcia³

Resumo: O presente estudo tem como objetivo abordar os desafios que os alunos público alvo da educação especial, entre eles, alunos com Paralisia Cerebral encontram em seu processo de escolarização. No que se refere aos alunos com deficiência, serão evidenciados os alunos que apresentam deficiência física com diagnóstico clínico de paralisia cerebral, destacando elementos sobre as particularidades que este alunado apresenta. Foi possível concluir que, o processo de avaliação é de extrema relevância para identificar as demandas funcionais do aluno com Paralisia Cerebral e que recursos de Tecnologia Assistiva representam um meio para proporcionar maior independência e autonomia do aluno na escola e, assim, promover e garantir o acesso do aluno aos conteúdos escolares.

Palavras-chave: Educação Especial. Paralisia Cerebral. Escolarização. Tecnologia Assistiva.

Abstract: This study aims to address the barriers that the target group of special education students, among them, students with cerebral palsy are in their schooling process. With regard to students with disabilities, students will be evident that present disability with a clinical diagnosis of cerebral palsy, highlighting details of the peculiarities that this student body presents. It was possible to conclude that the evaluation process is of extreme relevance to identify the functional demands of the student with Cerebral Palsy and that Assistive Technology resources represent a means to provide greater independence and autonomy of the student in the school and, thus, promote and guarantee the access to school content.

Keywords: Special Education. Cerebral Palsy. Schooling. Assistive Technology.

¹ Bacharel em Educação Física pelo Centro Universitário Unifafibe – Bebedouro e Mestranda em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – Ufscar, sanchezgabrielle@gmail.com

² Licenciada em Pedagogia pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – PPGEEs da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, ritagomesoliveiraalmeida@gmail.com.

³ Doutora em Educação pela UNESP, campus de Marília, Docente do Departamento de Psicologia – Dpsi, curso de Licenciatura em Educação Especial e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – PPGEEs da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, adrigarcia@ufscar.br.

INTRODUÇÃO

A trajetória da educação especial em nosso país perpassou por diversos momentos históricos que ocorreram desde a institucionalização das pessoas com deficiência, em que estas permaneciam abrigadas e consideradas como incapazes, até os dias atuais com o processo de inclusão escolar, em que é garantido o direito à matrícula de alunos público alvo da educação especial (PAEE)⁴ nas escolas regulares em salas comuns (JANUZZI, 2004; KASSAR, 2012).

No entanto, a busca para garantir melhores oportunidades de ensino para os alunos PAEE matriculados nas escolas comuns, vem sendo muito discutido em estudos por pesquisadores da área (MANZINI, 2006; ALMEIDA, 2008; BEYER, 2010), o que impulsiona o desenvolvimento e elaboração de políticas públicas para que esse direito a escolarização seja garantido. Assim, o objetivo é de promover a participação com autonomia da pessoa com deficiência em diversas áreas como, a educação, a saúde, o lazer para o desenvolvimento de suas potencialidades e interações sociais tão imprescindíveis à vida diária. Nessa perspectiva, é possível verificar que é no período escolar que a criança amplia sua visão de mundo e começa a se inserir em outros meios sociais, além do familiar. Assim, os primeiros contatos com aspectos e conteúdos formais, proporcionados pela escola, acontece de forma gradual e, é necessária a organização da mesma para que haja a promoção de adequações e adaptações necessárias para os alunos PAEE ser escolarizado e participar ativamente do contexto educacional.

Em meio a esse cenário, órgãos e instituições públicas e privadas, assim como os movimentos sociais de pessoas com deficiência começam a tomar iniciativas em relação à melhoria de vida dessa parcela da população tão excluída anteriormente. A lei nº13.146/15 que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão sancionada em seis de julho de 2015 assegura e promove condições de igualdade em diversos setores da sociedade, entre eles a educação, a qual busca garantir a inclusão efetiva da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015a).

Dessa forma, a escola passa a atender uma diversidade de estudantes, entre eles, alunos com deficiência física (DF), em que esta deverá buscar maneiras de minimizar as barreiras encontradas por eles para que não se sintam excluídos e incapazes na realização das

⁴ Define-se público-alvo da educação especial às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (Decreto n. 7.611/2011 - BRASIL, 2011; BRASIL, 2013). Neste trabalho, será identificado como PAEE, somente alunos com deficiência física.

atividades, podendo assim, usufruir do seu direito à educação num espaço coletivo e inclusivo (BRASIL, 1994; BRASIL, 2008).

É possível verificar que grande parte das escolas públicas brasileiras apresenta um aumento significativo no número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial, na qual perpassa desde a educação infantil até o ensino médio. Conforme os dados estatísticos oficiais declarados no censo escolar (BRASIL, 2015b), muitas salas de aula comum atualmente encontram-se com alunos PAEE, regularmente matriculados nessas turmas (698.768 estudantes), sendo que no ano de 1998, esse percentual era inferior (200 mil estudantes).

Ao pensar na escola como um espaço da sociedade, no qual, todos os alunos independentemente de suas condições, tenham direito ao acesso e permanência garantidos integralmente, faz-se necessário refletir as dificuldades enfrentadas pelos alunos PAEE e de como conseguir romper com as barreiras impostas pelos meios social e educacional. Assim, é possível observar que ao longo desses anos as matrículas de alunos com deficiência nas salas comuns foram aumentando gradativamente, sendo necessário um olhar diferenciado da escola no processo de escolarização dos alunos PAEE. Entre esses alunos estão os com deficiência física (DF) que possuem diagnóstico clínico de paralisia cerebral, o qual será destacado neste estudo.

A literatura nacional, e principalmente a legislação (BRASIL, 2008, 2015) nos mostra que, todos os alunos devem ter as mesmas oportunidades de aprendizagem em espaços comuns da escola regular. Mas, na realidade, a organização escolar ainda se mostra engessada, o que dificulta a efetivação do processo de inclusão escolar. Algumas pesquisas apontam a falta de conhecimento por parte dos profissionais que atuam com esses alunos, falta de recursos para a garantia de acesso aos conteúdos, serviços de apoio, entre outros (MENDES; NUNES; FERREIRA, 2003; MENDES, 2004).

Mesmo com as discussões e as leis que garantem a inclusão do aluno com deficiência, muitos são os fatores que impedem que essa inclusão seja efetiva. Além do despreparo dos profissionais, existem as barreiras arquitetônicas, os preconceitos e a falta de transporte e materiais adaptados. Desta forma, não é a lesão ou a desordem neurológica que faz com que uma pessoa seja deficiente, mas, sim, a forma como a sociedade possibilita meios para sua inclusão e para garantir o seu direito de estar no mundo (DINIZ; SQUINCA; MEDEIROS, 2007). Assim, espera-se que a escola regular assegure uma educação de

qualidade, garantindo não apenas o acesso à matrícula, mas a plena participação do estudante com deficiência (BRASIL, 2015).

O aluno com paralisia cerebral na escola

As leis, decretos e artigos oficiais, instituíram que a inclusão fosse de fato realizada na escola regular, e propôs que o atendimento educacional especializado (AEE) também seja disponível e promova uma educação de qualidade. No contexto educacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) mostra a importância do AEE para a permanência com qualidade de aprendizado do aluno na sala comum e aponta que é dever deste serviço atuar de forma articulada com os professores da educação básica, promovendo a orientação aos docentes e coordenadores a fim de se estabelecer uma gama de estratégias para um bom processo de escolarização de alunos PAEE.

Vale ressaltar que o AEE, também deve ser realizado no contra turno, sendo uma complementação e/ou uma suplementação do ensino, e que a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) deve estar disponível em todas as fases do ensino, desde a educação básica até a educação de jovens e adultos (EJA). Em relação ao aluno com DF, especificamente alunos com paralisia cerebral, o AEE, tem como principal função promover condições de acessibilidade física e de materiais para efetivar a aprendizagem de conteúdos escolares, bem como demais atividades pertencentes ao contexto escolar.

Os alunos com DF e, principalmente aqueles que apresentam diagnóstico clínico de paralisia cerebral, encontram muitos entraves em seu processo de escolarização devido às dificuldades de acessibilidade, tanto em relação aos espaços físicos, quanto aos conteúdos escolares. Com isso, a Tecnologia Assistiva (TA) surge como meio para promover funcionalidade no que tange a participação do aluno nas tarefas e mobilidade com autonomia, obtendo uma real inclusão escolar (FACHINETTI, GONÇALVES, LOURENÇO, 2015).

Além da falta de acesso físico nas escolas, Lourenço (2008, p.13) ressalta que os alunos com paralisia cerebral muitas vezes ficam em condições desfavoráveis de conforto e bem estar, devido à fragilidade de recursos, impossibilitando-os de se beneficiarem dos conteúdos escolares. Essas condições desfavoráveis acontecem devido à falta de recursos e, conseqüentemente, a falta de participação do aluno. A participação é de suma importância, entretanto alguns estudos mostraram que, devido ao nível de comprometimento motor, a participação é baixa. Santos et al. (2011) em seu estudo verificou esse fato, ao analisar 105

crianças com PC e sua frequência escolar. Os autores concluíram que a frequência em classes comuns e a participação nas atividades eram dependentes do nível funcional da criança.

Para que a inclusão escolar aconteça de forma efetiva é necessário atentar-se e realizar as alterações que forem necessárias, “considerando as interações entre o indivíduo e o meio para entender as necessidades individuais do aluno com deficiência” (GONÇALVES, 2010, p.40). Conforme é apontado por Souza (2005), a paralisia cerebral pode trazer prejuízos que acabam por influenciar no seu desempenho e, por consequência, no desenvolvimento das atividades realizadas em seu dia a dia. O autor define a Paralisia Cerebral como sendo:

Um grupo de desordens do movimento e da postura, causando limitação de atividades, que são devidas a alterações não progressivas que ocorreram no cérebro fetal ou infantil. As desordens motoras da paralisia cerebral frequentemente estão acompanhadas por alterações sensoriais, na cognição, comunicação, percepção, comportamento e/ou crises convulsivas (SOUZA, 2005, p.51).

Considerando as especificidades do aluno com paralisia cerebral, é importante ressaltar que, em muitos casos, os professores acabam tendo ideias errôneas desse aluno devido aos comprometimentos que possuem, pelo fato de não saberem como atuar e o que fazer com ele (MOURA, 2008). Dessa forma, a criança com paralisia cerebral pode apresentar dificuldades na realização de movimentos, resultantes das alterações musculoesqueléticas que lhe são solicitados na realização de atividades que fazem parte do contexto escolar. Por isso, há necessidade de se repensar o que a escola vem oferecendo a esses alunos nas salas de aula do ensino comum.

Estudos (SOUZA, 2005; MONTEIRO; MANZINI, 2008) apontam a insegurança, o despreparo, a falta de recursos materiais e de estratégias oferecidos pelos professores para lidarem com os alunos que possuem paralisia cerebral, causando resistência deste profissional em recebê-los em sua sala de aula. De acordo com Silva (2014), os estudos na área da educação especial apontam que essas dificuldades estão relacionadas com a falta de uma avaliação sistematizada entre os professores, a dificuldade de considerar o conteúdo acadêmico nas avaliações e a desconsideração do resultado para a elaboração do planejamento acadêmico.

Com isso, verifica-se a importância do conhecimento acerca de protocolos de avaliação em crianças com paralisia cerebral, a fim de desenvolver suas potencialidades por meio dos processos educacionais. A forma com que os professores aplicam suas atividades sem saber de fato os níveis em que estão seus alunos, para que possam exigir mais e/ou menos, deve ser tratado com extremo cuidado. Ademais por meio destas avaliações é possível

auxiliar de forma fidedigna no processo de escolarização, obtendo melhores resultados durante o desenvolvimento.

As avaliações ou sistemas de classificação mais comumente utilizadas e apontadas nos estudos são o Gross Motor Function Classification System (GMFCS), o Manual Abilities Classification System (MACS), Pediatric Evaluation Disability Inventory (PEDI), School Function Assessment (SFA), Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), entre outros. Esses instrumentos, em suma, têm como objetivo analisar questões ligadas a fatores da vida diária, como por exemplo, a execução e desempenho em tarefas básicas, nível de habilidade para movimentos motores e funcionais entre outros.

Existem algumas maneiras de avaliar e fazer uso da avaliação, uma delas é o professor utilizá-la para refletir sobre as estratégias que estão sendo oferecidas e no preparo das atividades buscando as especificidades do aluno com paralisia cerebral promovendo as mesmas oportunidades, atendendo melhor à diversidade de alunos presentes na sala de aula comum (JESUS; AGUIAR, 2012, p. 413).

A participação de uma equipe multidisciplinar para a aplicação das avaliações, bem como para identificar lacunas estreitas ao cotidiano escolar é de suma importância, pois abrange olhares além do percebido rotineiramente, ou seja, existe a necessidade da atuação e do trabalho conjunto com fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, e outros profissionais que possam verificar, juntamente com o professor, as reais necessidades e potencialidades desses alunos (SARAIVA; MELO, 2011).

Entende-se então a partir dessas reflexões, a importância da aplicação de avaliações nesta parcela da população. Ademais, por consequência destas dificuldades encontradas pelos profissionais que atuam na escola, a junção da avaliação com a implementação de recursos de tecnologia assistiva vem ao encontro, buscando promover a autonomia e independência garantindo as mesmas oportunidades no tocante à escolarização.

Funcionalidade no contexto escolar

O aluno com deficiência física apresenta condições singulares no contexto escolar, isso ocorre devido ao fato de que o aluno apresenta movimentos e posturas corporais adversas, ou seja, com algum tipo de comprometimento, e assim, algumas dificuldades em relação à parte motora, impedindo a efetiva participação em atividades rotineiras da escola por falta de adaptações e/ou assistências.

O Decreto n. 5.296/2004 traz a definição de deficiência física como sendo:

[...] alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004, p.2).

Os alunos com deficiência física, especificamente os diagnosticados com paralisia cerebral apresentam então, um determinado comprometimento motor, onde se faz necessário a análise da capacidade funcional para que assim, possam ser elaboradas atividades que estimulem suas potencialidades. Essa capacidade funcional é descrita também como funcionalidade, e esta nomenclatura engloba diversas perspectivas.

A funcionalidade pode ser observada em vários contextos, como por exemplo, na escola. Para a OMS (Organização Mundial de Saúde), que desenvolveu uma classificação conhecida como CIF, tem como base de definição da funcionalidade, as funções do corpo como um todo, utilizando-se da participação e atividades gerais. Os componentes que englobam a funcionalidade se perpetuam no que tange a relação entre as funções e estruturas corporais e as atividades e participações, obtendo como domínios e constructos as áreas vitais, mudanças fisiológicas e anatômicas, capacidade de execução de tarefas num ambiente padrão e impactos facilitadores e limitadores do mundo.

A CIF traz pressupostos do modelo social da funcionalidade. É uma mescla de características acerca da saúde das pessoas dentro de diversos contextos sociais. Com isso, as pessoas não devem ser caracterizadas apenas por suas deficiências, mas sim, obter um olhar para o meio, observar as limitações e restrições da participação em certas atividades devido às circunstâncias impostas pelo meio no qual a pessoa com deficiência se encontra.

Utilizando-se da CIF, neste contexto, alunos com Paralisia Cerebral apresentam alterações no movimento e na postura corporal como característica individual, mas tais alterações podem ser acentuadas se não houver alterações ambientais, desde as mais amplas como as arquitetônicas, até as mais específicas como a adaptação de recursos pedagógicos. O professor que atua na perspectiva inclusiva tem como objetivo saber observar a

funcionalidade do aluno, para obter estratégias e atuar pedagogicamente conseguindo aproveitar ao máximo seu potencial social, físico e cognitivo (QUEIROZ, 2015).

O protocolo mais utilizado para avaliar a questão da funcionalidade na escola é o School Function Assessment (SFA) que avalia em três partes os domínios relacionados à funcionalidade do aluno na escola. As partes são divididas em Parte I – Participação, Parte II – Auxílio nas tarefas e Parte III – Desempenho. A parte I é utilizada para examinar o nível de participação do aluno em determinados ambientes, sendo eles o pátio, a sala de aula, o intervalo, o transporte e o banheiro. A parte II é usada para avaliar a necessidade de suporte adicional nas atividades que o aluno executa. E a parte III é utilizada para avaliar as habilidades do aluno para iniciar e finalizar atividades específicas.

Dessa forma, para o aluno com PC desenvolver suas potencialidades e ter uma boa funcionalidade na escola, faz-se necessário o uso de recursos. A tecnologia Assistiva e suas diversas sub áreas, como por exemplo a comunicação alternativa e o mobiliário adequado, são de suma importância no cotidiano do aluno, pois oferecem subsídio para o melhor ensino e aprendizagem. O desempenho de cada aluno depende da implementação e uso desses recursos de Tecnologia Assistiva nas atividades diárias. Ao promover adaptações, a criança com PC pode realizar de forma efetiva sua participação no contexto educacional e social e, assim, desenvolver suas habilidades básicas e obter maior interação social.

A Tecnologia Assistiva no contexto escolar

No Brasil, várias conceituações foram elencadas em relação à adaptação de recursos que possam auxiliar a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. Os termos ajudas técnicas, tecnologia de apoio, tecnologia de assistência e tecnologia assistiva muitas vezes são utilizados como semelhantes dependendo do modelo teórico em que se encontram suas especificidades e funções. Destarte, entre essas definições, a Tecnologia Assistiva (TA) é a mais utilizada no contexto escolar e possui grande impacto no tocante ao auxílio dos alunos com deficiência, especificamente os com PC.

Atualmente, a tecnologia assistiva (TA) tem obtido grande importância social, uma vez que traz expectativas, tanto para os pesquisadores da área, pois ainda é um assunto que requer muitas discussões e estudos, quanto para os usuários que dela necessitam para garantir sua efetiva participação social.

De acordo com o Decreto n. 5296/2004, criou-se o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), definindo o termo tecnologia assistiva hoje utilizado, como:

[...] área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2007, p.3).

Conforme o decreto supracitado, a TA busca facilitar e ampliar melhorias para suprimir as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, propiciando autonomia, independência e melhorando a qualidade de vida e inclusão social.

Por intermédio da TA é possível romper as barreiras existentes no meio em que a pessoa com deficiência está inserida, permitindo sua atuação e participação nas atividades e espaços em que queira usufruir. Com sua aplicação na escola é um dos fatores que auxiliam na inclusão escolar dos alunos com paralisia cerebral, uma vez que por meio da TA é possível garantir a igualdade de oportunidades (BERSCH, 2009).

A utilização de recursos de TA na escola proporcionará aos alunos com deficiência a participação plena nos desafios no processo de ensino e aprendizagem, além de resolver as dificuldades enfrentadas por eles em demonstrar suas habilidades e potencialidades nas várias atividades propostas pelo professor na sala de aula comum.

Fazer TA na escola é buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa fazer de outro jeito. É valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação a partir de suas habilidades (BERSCH; MACHADO, 2007, p.31).

Assim, a TA permitirá ao aluno com paralisia cerebral, as mesmas oportunidades em busca do conhecimento, por meio de equipamentos, mobiliários ou qualquer outro material que possibilite a ele mostrar suas habilidades e potencialidades, podendo ter acesso a qualquer área do saber.

Vale ressaltar, a importância da participação do aluno na sua elaboração, para que o professor tenha conhecimento das reais necessidades desse aluno, e assim, conseguir atender toda a demanda funcional exigida para este aluno. No ano de 2008 ficou definido que os alunos considerados público alvo da educação especial para receberem o Atendimento

Educacional Especializado (AEE) são: alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Desse modo, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado nas salas de recursos multifuncionais, atualmente é o responsável em oferecer os recursos de TA que o aluno com paralisia cerebral necessita disponibilizando e promovendo condições que garantam ao aluno com paralisia cerebral o acesso aos conteúdos escolares. O professor do AEE será responsável em implementar os recursos, planejar seu uso com metodologias e estratégias de ensino que atendam as necessidades do aluno (BRASIL, 2008). Vale ressaltar que a TA é implementada pelo professor do AEE, mas o uso dos recursos não pode ficar restrito apenas para o espaço onde ocorre o AEE, mas sim adentrar em todos os espaços escolares, principalmente na sala comum em que o aluno está matriculado.

Com o uso de recursos de TA na realização das atividades propostas pelo professor na sala de aula comum, o aluno com paralisia cerebral terá maior independência durante sua execução, podendo interagir com seus pares, uma vez que suas limitações motoras não serão impedimentos para a aquisição dos conteúdos ofertados. Para isso, o professor do AEE deve estar em constante contato com o professor da sala comum para que os recursos de TA ultrapassem o limite do AEE e se adentre no cotidiano do aluno da sala comum. Vale ressaltar que o recurso de TA não é do ambiente ou do profissional, mas deve ser de posse do usuário, no caso o aluno com Paralisia Cerebral.

O professor do AEE deverá elaborar recursos materiais conforme as necessidades do aluno, visto que os recursos de TA, que devem ser ofertados aos alunos, fazem parte da rotina diária do professor da educação especial, porém muitas vezes o que falta é o conhecimento específico em como utilizá-los (HUMMEL, 2102).

Diversos estudos (MANZINI, 2006; LOURENÇO, 2008; GONÇALVES, 2010; CALHEIROS, 2015) salientam a importância de recursos de TA para uma aprendizagem efetiva e significativa principalmente aos alunos com paralisia cerebral, pois com o uso desses recursos o acesso desse aluno aos conteúdos escolares, garantirá seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

Pesquisas (BERSH, 2009; HUMMEL, 2012; LOURENÇO, 2012; MANZINI, 2012) tem apontado que o professor especialista⁵ em sua maioria apresenta falta de conhecimento

⁵O professor que possui formação em curso de licenciatura e/ou especialização na área da Educação Especial.

REVELLI v.9 n.2. Junho/2017. p. 27-39. ISSN 1984 – 6576.

Dossiê Educação Inclusiva e formação de professores: uma diversidade de olhares.

sobre a utilização dos recursos de TA, os quais acabam não sendo disponibilizados aos alunos com deficiência.

A formação do professor do AEE quanto ao uso de recursos de TA a serem oferecidos aos alunos PAEE é de grande importância, uma vez que muitos desses materiais apresentam características específicas. Com isso, o professor poderá disponibilizá-lo ao aluno adequadamente e seu uso será efetivo (MANZINI, 2013).

A utilização de recursos de TA por alunos que apresentam paralisia cerebral pode apresentar-se de forma eficiente. Para isso, é importante ressaltar a formação continuada dos professores da educação especial, conforme aponta Lourenço (2012) em seu estudo, pois muitas vezes os professores não sabem como lidar com aquele equipamento, o que pode ocasionar no seu desuso.

Dentre as várias atribuições elencadas ao AEE na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), destaca-se o trabalho do professor da educação especial estar atrelado ao professor do ensino comum, para que juntos possam proporcionar práticas efetivas aos alunos PAEE, a fim de esclarecer e orientar o professor do ensino comum em como utilizar os recursos de tecnologia assistiva, como propor os conteúdos escolares, as avaliações pedagógicas. Só assim, será possível romper com as barreiras encontradas e, de fato, proporcionar a real inclusão de alunos com Paralisia Cerebral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar para alunos com Paralisia Cerebral representa um processo importante de democratização do ensino de qualidade na escola regular, uma vez que são postos os desafios para escolarizar este público. Com isso, mudanças nas estruturas física, instrumentais, metodológicas são necessárias e que, indiretamente, poderá beneficiar todos os alunos.

Foi possível concluir que, o processo de avaliação é de extrema relevância para identificar as demandas funcionais do aluno com Paralisia Cerebral e que recursos de Tecnologia Assistiva representam um meio para proporcionar maior independência e autonomia do aluno na escola e, assim, promover e garantir o acesso do aluno aos conteúdos escolares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G.P. **A construção de ambientes educativos para a inclusão**. Curitiba: Pró-Infantil, 2008.

BERSCH, R.; MACHADO, R. Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Física. In: SCHIRMER, C. R. et al. **Atendimento educacional especializado: deficiência física**. São Paulo: MEC/SESSP, 2007. p. 31-37.

BERSCH, R. C. R. **Design de serviço de tecnologia assistiva em escolas públicas**. 2009, 213f. Dissertação (Mestrado em Design) – Programa de Pós-Graduação em design, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: Assistiva – Tecnologia e Educação, 2013. Disponível em:
http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 14 abr. 2016.

BEYER, O. T. **Inclusão e Avaliação na Escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL. **Decreto n. 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Brasília, DF: Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, 2004. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivi_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 15 de set. 2015.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, 2008.

_____. **Lei n. 13.146** de 6 de Julho de 2015a. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 14 de Junho de 2016.

_____. **Ata VII – Comitê de Ajudas Técnicas – CAT**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR). 2007. Disponível para download em:
<<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVpbnx0ZWNUb2xvZ2lhYXNzaXN0aXZhY29tYnJ8Z3g6MTdiZWQyY2IzYTE3OWJmZg>>. Acesso em: 22 de ago. 2015.

_____. **Censo Escolar**. Portal Brasil. MEC. 2015b. Disponível em:
<<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>>. Acesso em: 18 out. 2016.

CALHEIROS, D. S. **Consultoria colaborativa à distância em tecnologia assistiva para professores de salas de recursos multifuncionais**. 2015. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial), Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

DINIZ, D.; SQUINCA, F.; MEDEIROS, M. Qual deficiência? Perícia médica e assistência social no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 11, p. 2589-2596, 2007.

FONSECA, L. F. Abordagem neurológica da criança com paralisia cerebral: causas e exames complementares. In: LIMA, C. L. A.; FONSECA, L. F. **Paralisia cerebral: neurologia, ortopedia, reabilitação**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. p. 45-66.

FACHINETTI, T. A.; GONÇALVES, A. G.; LOURENÇO, G. F.; Atendimento educacional especializado (AEE) e a oferta para alunos com deficiência física. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), vol.1, n.2, p. 172-186, 2015.

GIANNI, M. A. Paralisia cerebral. In: TEIXEIRA, E.; SANTOS, L. B.; OLIVEIRA, M. C. **Terapia ocupacional na reabilitação física**. São Paulo: Roca, 2003, p. 89-100.

GONÇALVES, A. G. **Desempenho motor de alunos com paralisia cerebral frente à adaptação de recursos pedagógicos**. 166f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

HUMMEL, E. I. **Formação de professores de salas de recursos multifuncionais para o uso da tecnologia assistiva**. 213f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

JANUZZI, G.M. de. **A educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2004, 211 p. (Coleção educação contemporânea).

JESUS, D. M.; AGUIAR, A. M. B. O calcanhar de Aquiles: do mito grego ao desafio cotidiano da avaliação inicial nas salas de recursos multifuncionais. **Revista Educação Especial**, v.25, n.44, p. 399-416, 2012. Disponível em:

<<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/educacaoespecial/issue/view/434/showToC>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

KASSAR, M.C.M. Política de educação especial no Brasil: escolha de caminhos. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (org.). **A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação**. Marília, SP: ABPEE, 2012, p. 93-106. (Coleção Inclusão Escolar, v. 1).

LOURENÇO, G. F. **Avaliação de um programa de formação sobre recursos de alta tecnologia assistiva e escolarização**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

_____. **Protocolo para avaliar a acessibilidade ao computador para alunos com paralisia cerebral**. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial), Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

MANZINI, E. J. **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

MANZINI, E. J; DELIBERATO, D. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa**. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP – Secretaria de Educação Especial, 2006.

MENDES, E. G., FERREIRA, J. R.; NUNES, L. R. P. Integração/Inclusão: o que revelam as teses e dissertações em Educação e Psicologia. In: SOBRINHO, F. P. N. **Inclusão Educacional: Pesquisas e Interfaces**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003, p. 98-149.

MENDES, E. G. Construindo um locus de pesquisa sobre inclusão escolar. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. A. **Temas em educação especial: avanços recentes**. 1 ed. São Carlos: EDUFSCar, 2004, p. 221-230.

MONTEIRO, A. P. H. MANZINI, E. J. Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 1, p.35-52, 2008.

MOURA, M. J. de. Inclusão e Escolaridade. In: FONSECA, L. F.; LIMA, C. L. A. **Paralisia Cerebral: neurologia, ortopedia, reabilitação**. Rio de Janeiro: MedBook, 2008, p. 555-568.

QUEIROZ, F. M. M. G. **Tecnologia Assistiva e perfil funcional dos alunos com Deficiência Física nas Salas de Recursos Multifuncionais**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015

SANTOS, L.H.C. et al. Inclusão escolar de crianças e adolescentes com paralisia cerebral: esta é uma realidade possível para todas elas em nossos dias?. **Rev. Paul. Pediatria**, v. 29, n. 3, p.314-319, 2011.

SOUZA, C. C. **Concepção do professor sobre o aluno com sequela de paralisia cerebral e sua inclusão no ensino regular**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SARAIVA, L.L.O.; MELO, F.R.L.V. Avaliação e participação do fisioterapeuta na prescrição do mobiliário escolar utilizado por alunos com paralisia cerebral em escolas estaduais públicas da rede regular de ensino. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 17, n. 2, p. 245-262, 2011.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 12 de fev. 2013.